



RELAÇÃO UNIVERSIDADE-EMPRESA NO BRASIL

Roberto Leal Lobo e Silva Filho

Muito se fala das relações entre universidades e empresa como fator de desenvolvimento tecnológico e elemento estratégico decisivo para que o País participe, com sucesso, de uma economia globalizada e altamente competitiva. Apesar dos inúmeros programas, seminários e congressos que vêm focalizando o tema ao longo dos anos, fica a sensação de que as discussões se vão tornando redundantes e os avanços são ainda muito tímidos.

É necessário entender o comportamento das duas partes envolvidas na questão. A empresa considera importante essa cooperação, mas geralmente acusa a universidade de não responder de forma objetiva às demandas concretas do setor produtivo e entende que os mecanismos de financiamento para esse tipo de atividade são caros e burocratizados.

Ainda que se possa concordar com esses argumentos, cabe perguntar se, desconfiado da capacidade e do desempenho das universidades brasileiras, o setor produtivo tem recorrido a centros de pesquisa no exterior, eventualmente com financiamento internacional, para buscar respostas às demandas por tecnologias novas e mais competitivas. Ao que parece, a resposta é negativa. Se o setor produtivo não busca desenvolver tecnologias, seja no Brasil, seja no exterior, pergunta-se, também, se essa ação faz parte das estratégias do setor. Infelizmente, a resposta parece ser igualmente ser negativa.

As universidades, por sua vez, já passaram do período em que consideravam nefasta a cooperação com as empresas, por razões essencialmente ideológicas. No passado, elites acadêmicas acreditavam que não se deveriam desviar da chamada "pesquisa pura", para atender às demandas da iniciativa privada. Houve casos até surrealistas, como o de uma universidade que recusou a doação de computadores de uma multinacional, entendendo a oferta como tentativa de cooptação.



Atualmente, ao contrário, há a aceitação generalizada de que a cooperação universidade-empresa faz parte das ações importantes das instituições de ensino superior. Mas essa aceitação, em princípio, não tem sido organicamente assimilada na estrutura e no dia-a-dia dessas instituições. Os centros de cooperação com as empresas são desenvolvidos em estruturas à parte, geralmente sob a forma de fundações autônomas. Esses centros dispõem de liberdade excessiva de ação, não prestando contas a ninguém de suas atividades, e o trabalho neles desenvolvido pouco repercute no interior da instituição, por não estarem estruturalmente integrados a ela. Em alguns casos, essa cooperação é entendida como mera forma de complementação salarial de professores.

É importante ressaltar que tem havido cooperações bem-sucedidas entre universidades e empresa no Brasil e há núcleos de desenvolvimento tecnológico, ativos e competentes, embora de dimensões ainda insuficientes, com crescimento reduzido nos últimos anos e, quase sempre, localizados em estruturas paralelas.

As estruturas burocráticas da universidade não foram modificadas para atender a essa nova demanda. Os mecanismos de decisão são antagônicos à flexibilidade e à agilidade necessárias ao sucesso do atendimento às demandas externas e o corporativismo interno não valoriza esse tipo de atividades.

Criam-se, então, mecanismos paralelos, que demonstram que as universidades, na verdade, não absorveram o discurso da colaboração.

Deve-se mencionar também, como esforços paralelos e poucos institucionalizados, a criação de incubadoras de empresas e parques tecnológicos em ações universitárias isoladas ou em conjunto com governos regionais e setores empresariais. São programas complementares a políticas de desenvolvimento industrial e como, estatisticamente, o sucesso empresarial das firmas de alta tecnologia é raro - embora quando acontece seja explosivo -, é preciso um grande número de experiências para que esses programas sejam globalmente rentáveis.

É preciso analisar, antes de criarmos mecanismos de cooperação universidades-empresa, se os dois segmentos estão, de fato, necessitados um do outro, de que forma, e se estão dispostos a se adaptar de verdade a esse tipo de relacionamento, que exige sacrifícios iniciais de ambas as partes. Não se pode esperar que o governo motive, estruture e financie, sozinho, essa cooperação. Talvez, a estratégia mais conveniente para estimular a fusão entre as duas



culturas fosse um trabalho conjunto de longo prazo, por exemplo, no campo de educação continuada, como forma de aproximação, que pusesse em convívio as duas comunidades, como é feito em larga escala nos países mais adiantados tecnologicamente.

Artigo publicado no jornal O Estado de São Paulo, Seção Economia, edição de 12/09/1997 e inserido no site em 02/2000.